

PRIMEIRO DE MAIO EM TEMPOS DE REPRESSÃO: O “GRANDE DIA” DO OPERARIADO MUNDIAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA ATRAVÉS DO JORNAL DO COMÉRCIO DO AMAZONAS (1964-1968)

Richard Kennedy Nascimento Candido¹

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo mostrar como as celebrações do Primeiro de Maio foram realizadas em Manaus nos anos de 1964-1968 dentro do período da ditadura civil-militar brasileira. Para isso utilizamos como fonte o Jornal do Comércio para nos mostrar toda a amplitude da maior data do operariado mundial na cidade. O Primeiro de Maio, desde sua idealização, passou por diversas mudanças de significados, não foi diferente no período em que estudamos, mas sua importância continua sendo de libertação do operariado das mazelas do patronato, neste caso em especial, do próprio governo.

Palavras-chave: Ditadura; Manaus; Primeiro de Maio.

MAY FIRST IN TIMES OF REPRESSION : THE " GREAT DAY " OF THE WORKING WORLD DICTATORSHIP IN CIVIL - MILITARY BRAZILIAN THROUGH NEWSPAPER AMAZON TRADE (1964-1968)

ABSTRACT:

This article aims to show how the celebrations of May Day were held in Manaus in the years 1964-1968 within the period of the Brazilian civil - military dictatorship. For that use the Jornal do Comércio to show us the full range of the highest date of the world working class in the city. The May Day, since its conception , has gone through several changes of meaning , it was no different in the period studied, but its importance remains liberation of the working of the evils of patronage , in this case in particular, the government itself.

Keywords: Dictatorship; Manaus; May Day.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi pensado no interior da disciplina de História do Brasil IV como parte de nossas atividades voltadas aos estudos da ditadura civil-militar no Brasil. A justificativa por este tema vem devido uma inquietação minha para saber como se dava as relações entre os trabalhadores e o governo militar brasileiro, levando em consideração todas as repressões que

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do GT Mundos do Trabalho – Seção Amazonas. E-mail: richard_lp13@hotmail.com.

grupos contrários ao pensar dos governantes sofriam, dentre eles os povos indígenas, os estudantes e os próprios trabalhadores².

O Primeiro de Maio faz parte da cultura operária e carrega consigo todas as inquietações, lutas e memórias da classe trabalhadora e que nessa conjuntura também padecem com ações do governo. Essa data emblemática que, desde sua idealização, sofreu diversas mudanças de significação ao longo da história e não seria diferente na conjuntura civil-militar. Objetivamos analisar como essa data era celebrada na cidade de Manaus por meio do *Jornal do Comércio*. O nosso recorte temporal entre 1964-1968 foi escolhido por obedecer dois marcos: o primeiro, marcou o início do período ditatorial (1964), o segundo marca a implementação do AI-5 e também as primeiras grandes mobilizações trabalhadoras dentro do regime civil-militar (1968).

O ano de 1968 foi marcado por manifestações de trabalhadores contra medidas do regime, como a chamada “*Passeata dos cem mil*”. Nesse ano também podemos ver que o 1º de maio tem uma grande mobilização e após a promulgação do AI-5 todos os atos repressivos do governo militar se intensificaram cada vez mais, fazendo com que muitos trabalhadores fossem mortos e perseguidos (SANTOS, 2009, p. 101/102).

A questão do golpe civil-militar, como bem elucida Napolitano, se trata de uma apropriação das memórias. A historiografia vem nos últimos anos travando um duelo pelo que ocorreu no período, tanto historiadores da direita quanto da esquerda, tomam como base para legitimar suas pesquisas as memórias dos sujeitos. Mas até que ponto elas podem ser tratadas como verdades absolutas? São questões que ainda ficam em aberto nesse debate tão complexo na historiografia.

O contexto civil-militar no Brasil e no Amazonas

Os acontecimentos anteriores ao período civil-militar foram deveras conturbado e cheio de nuances. Partiremos do ponto em que o então presidente Jânio Quadros renuncia e por consequência disso ocorreu uma série de mudanças na conjuntura do país, pois os ministros militares não aceitavam que João Goulart, vice-presidente, tomasse posse, dentre outras coisas, por estar dialogando com a China socialista (ARAÚJO, SILVA, SANTOS, 2013, p. 11). Ao cabo dessas diferenças, Jango toma posse no meio de um ambiente político conturbado.

² “Relatório da Comissão Nacional da Verdade”.

Logo após sua posse, toma forma diversos reforços políticos que seriam impletamentados, dentre eles a tão temida reforma agrária. Segundo Marcos Napolitano

O esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias - a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação e a reforma agrária - seria substituída por um regime anticomunista e anti-reformista, pautado por uma política desenvolvimentista sem a contrapartida distributiva (NAPOLITANO, 2011, p. 210).

Nos acontecimentos que se seguem, podemos citar o Comício da Central do Brasil e por consequência disso todo o estopim que foi criado a partir disso.

O presidente discursou sobre a necessidade de mudanças estruturais para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades socioeconômicas no país. O carro-chefe desse debate era o seu comprometimento com a realização de uma reforma agrária urgente, que tinha como primeiro passo o anúncio do decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária, a SUPRA, que possibilitava a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias federais (ARAÚJO, SILVA, SANTOS, 2013, p. 15).

O historiador Jorge Ferreira também descreve acerca dos antecedentes da ditadura civil-militar no Brasil. Em um de seus artigos é dado ênfase na crise política de março envolvendo o então presidente João Goulart. A pesquisa utilizada por ele foi feita através dos panfletos do período (FERREIRA, 2009).

No que tange as repressões do regime, podemos perceber isso se agravando ano após ano, um dos exemplos mais claros foi contra os artistas e o meio cultural, onde para barrar um contato direto com a população se optava pela dissolução das redes de sociabilidades desses artistas.

Em suma, o golpe militar de 1964 e a inquisição que se seguiu no imediato pós-golpe deveriam não apenas reprimir a massa, mas destruir uma certa elite, menos pela eliminação física dos seus membros e mais pela morte civil, pela dissolução de suas redes formais e pelo isolamento político (NAPOLITANO, 2014, p. 146).

Numa conjuntura como essa a fala de César de Barros nos mostra muito bem o que significou o golpe civil-militar no Brasil a partir de 1964 e os impactos causados na população em geral.

O golpe militar de 1964 significou a interrupção brusca do processo de incipiente democratização da sociedade brasileira, marcada no período imediatamente anterior pelo grande crescimento da organização e da participação política dos trabalhadores da cidade e do campo nas decisões dos rumos do país e o caminho das reformas estruturais, representadas pelas Reformas de Base (BARROS, 2007, p. 68).

Com relação a classe trabalhadora, observamos ações direta do governo para esse grupo. São medidas que visam desmobilizar e deslegitimar os sindicatos e associações, por

exemplo. Observamos até mudanças no que concerne a ocupação dos espaços associativos onde o próprio governo avaliaria os candidatos a esses cargos.

O governo passa, por meio de uma série de medidas, a reforçar o caráter de controle sobre o movimento sindical, já presente previamente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, estabelecem-se regras estritas para a ocupação do espaço sindical, com candidatos sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política (...) No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato, foi a proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade, quase que limitando a possibilidade de greves à cobrança de salários atrasados (SANTANA, 2008, p. 282).

Os anos de 1960 foram considerados como anos de maiores amplitudes do movimento operário no Brasil, momento este que foi interrompido pela ditadura civil-militar no país que acabou freando as principais ações da classe (CARDOSO, ARAÚJO, 1986, p. 78), muito embora, não interrompendo por completo suas atitudes.

Alcira de Lara Cardoso e Silvia Pereira de Araújo nos apresentam uma visão de 1º de maio já superada pela historiografia. As autoras afirmam que a data era de completa alienação durante o período militar, embora ela tenha sofrido tentativas de apropriação por parte dos militares e passaram a difundir a mesma como um dia de descanso, isso não era uma regra no seio da classe trabalhadora brasileira.

O ano de 1968 trouxe novas movimentações dos trabalhadores em diversos locais do país, podemos citar dois casos, o primeiro de Contagem onde os trabalhadores da siderúrgica Belga-mineira pararam e pediram um aumento acima dos 17% proposto pelo governo, fato esse que foi visto por muito tempo pela historiografia como exceção a regra do período, no que se refere as lutas operárias. Ao final, a polícia se fez presente e demonstrou toda sua força e brutalidade frente aos trabalhadores e trabalhadoras.

Após a resistência de alguns setores na aceitação do abono, e já em um tom de guerra, uma demonstração de força foi feita na cidade pela polícia, que proibiu reuniões sindicais e efetuou prisões, criando um clima pesado de repressão. Esse tipo de intervenção, conjugada à "proposta de conciliação" do ministro e a pressão do patronal sobre os trabalhadores faz refluir o movimento grevista (SANTANA, 2008, p. 290).

O segundo exemplo é o da cidade de Osasco onde as mobilizações ganharam corpo nas proximidades das celebrações do 1º de Maio de 1968.

A greve de Osasco, como ficou conhecida, foi bastante estruturada e planejada, ainda que se possa questionar alguma de suas avaliações. A perspectiva era ocupar fábricas de forma sucessiva, estendendo para toda Osasco, e depois para São Paulo. A visão dos planejadores era de que a repressão ao movimento demoraria um pouco, levando-se em conta as ações do governador Abreu Sodré com relação aos movimentos dos estudantes e a posição assumida pelo governo quando da greve de Contagem. Apesar do

clima de entusiasmo reinante, ao fim do primeiro dia uma forte repressão abateu-se sobre a cidade. Fábricas cercadas, prisões e tensão imperaram em Osasco. Na Cobrasma, foco maior de tensão, apesar dos apelos operários para que os soldados não invadissem a empresa, os militares o fizeram o final da noite daquele mesmo dia(SANTANA, 2008, p. 293).

Neste mesmo diapasão, não podemos deixar de citar o trabalho de Larissa Correa e Paulo Fontes (2016) em que discorrem sobre os trabalhadores dentro do contexto da ditadura militar brasileira. Os autores argumentam que “o tema trabalho, trabalhadores e movimento sindical tem caminhado à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil” (CORREA e FONTES, 2016, p. 132) e por isso se faz necessário que cada vez mais pesquisas sejam feitas articulando esse período com a História do Trabalho.

Neste mesmo sentido e servindo também como justificativa para esta presente pesquisa, Correa e Fontes destacam “o pouco número de estudos sobre categorias e sindicatos em regiões fora do eixo Rio-São Paulo, com foco no período autoritário” (CORREA e FONTES, 2016, p. 141), destacamos aqui o caso do estado do Amazonas.

É neste mesmo Amazonas que um dos pontos altos do regime civil-militar foi a criação da Zona Franca de Manaus que visava deixar a região mais atrativa para os migrantes e por meio disso deixar o espaço mais colonizável como bem afirmam Marcelo Seráfico e José Seráfico num de seus artigos. Medida essa que era constante durante o regime.

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de "condições de meios de vida" e infra-estrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de "rentabilidade econômica global". De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais(SERÁFICO, SERÁFICO, 2005, p. 99/100).

Ainda falando sobre o Amazonas, podemos citar o artigo de Pedro Marcos Mansour Andes, um dos poucos sobre o período na cidade, que visava caracterizar os trabalhadores e as associações em Manaus no período de 1945 até 1967, portanto, perpassando por quase todo nosso recorte temporal. Andes cita o exemplo da greve dos telégrafos no Brasil no período pré-golpe.

Como podemos verificar na matéria do Jornal do Comércio, aquele senso comum, que afirma que Manaus fica longe das notícias do Brasil, vem por terra. As greves dos trabalhadores estavam ocorrendo em todo o país e lógico que a repressão por parte do empresariado foi imediata, em contrapartida os trabalhadores utilizavam as armas que tinham para pressionar o Governo e as elites por melhorias salariais e melhores condições de trabalho(ANDES, 2015, p. 15).

Entretanto se faz necessário falar da pouca produção no Amazonas acerca do regime militar, até mesmo na História Social do Trabalho que vem crescendo ano a ano graças a implantação do GT Mundos do Trabalho - seção Amazonas desde de 2014. Para isso este artigo tem por objetivo trazer alguma contribuição para esses estudos.

Para não deixar em branco, é preciso falar um pouco mais sobre as origens do 1º de maio. O surgimento dessa manifestação operária em prol dos trabalhadores teve início na França em 1890 e a partir daquele momento foi se espalhando por todo o mundo. Uma data carregada de simbologias para a luta operária, mas que no decorrer do tempo foi se perdendo e sofrendo apropriações por parte de patrões e do próprio Estado.

Michelle Perrot fala no “*nascimento de um rito operário*” se referindo a prática de utilização desse enigmático dia pelos trabalhadores mundiais até hoje. Tratava-se do nascimento de uma data que se queria grandiosa, já naquele momento pelos trabalhadores franceses que a idealizavam para ser o “*grande dia*” do operariado. Dia para lutar pelos seus direitos e lutar pelas 8 horas de trabalho, que por sinal foi um dos principais motivos para a idealização da data. Aquele maio de 1890 acabou ultrapassando as expectativas dos promotores que pensavam em estratégias demarcadas e menores, ao passo que as ideias eram absorvidas começaram a ocorrer greves inesperadas.

(...) esse primeiro de maio excede (ultrapassa) o projeto dos seus promotores. Objeto de disputas, torna-se o centro de estratégias diferentes que, por exemplo, exercem-se nos itinerários dos desfiles. Em seguida, seu ritual sumário, ao mesmo tempo rígido e simples, é invadido pelas formas de expressão popular das comunidades locais. Enfim, gerador de ondas de greves inesperadas, ele escapa aos iniciadores que pretendiam limitar sua duração, sua duração, fixar seu objetivo. A “intimação” dirigida às autoridades transforma-se entre certo operários, geralmente os mais deserdados, numa expectativa mais ampla e mais vaga de transformação.

A seguir, a pedagogia socialista e sindical trará seus frutos. Instaurar-se-á uma tradição, com todo um código de percursos, slogans e a preocupação fundamental em reunir aquilo que constitui o êxito das manifestações modernas: o número, sinal ostensivo do consenso (PERROT, 1992, p. 135).

No Brasil o 1º de maio passou a ser realizado em 1891 como bem destacou Silva Petersen (1981). Também podemos citar outros autores que discorreram sobre o 1º de Maio no Brasil e mundo em períodos históricos diferentes. Dentre eles estão Eric Hobsbawn (1998), Luciana Arêas (1998), Lindercy Lins (2006), João Marques (2009) e Richard Candido (2016).

No que tange o jornal escolhido, ele faz parte da chamada Grande Imprensa e é um dos mais antigos jornais da cidade de Manaus. Durante o regime militar ele foi administrado pelo grupo Chateaubriand e circulou entre o grande público, só que a partir daquele momento, dividindo os holofotes com novos jornais no cenário da cidade. Começou a circular em 1904 e passou por três fases antes dos anos 1960³. Por se tratar de um artigo de conclusão de disciplina de graduação, optamos pela utilização de apenas este jornal.

O Primeiro de Maio em Manaus

A manchete do Jornal do Comércio de 1º de maio de 1964 mostra bem qual foi o rumo que a data tomou. A fala do presidente Castelo Branco aos trabalhadores na Praça da Sé em São Paulo veio no sentido de empossar o Estado como chefe desses sindicatos, como um ato que marcaria significativamente essa relação e impactaria a vida dos sindicatos e dos sujeitos envolvidos.

O discurso viria expor dos “*propósitos do governo em assegurar a justiça social garantindo a cada trabalhador e suas famílias benefícios e o progresso do país*”. Torna-se bem interessante a forma com que ele faz essa aproximação e de como o jornal mostra a negatividade pelo que era feito nos anos anteriores. O periódico fala ainda que o governo queria levar “*o verdadeiro sentido de sua política*” em caminhos que convergiam para o desenvolvimento do país.

Na mesma edição do Jornal do Comércio encontramos uma outra nota intitulada de “*Salve Trabalhadores!*” onde foi discorrido sobre a significação da data e o sentido dado a ela de “*festejo*”. Algo curioso é exposto em um dos parágrafos da publicação ao fazer referência de um novo significado que a data passaria a ter a partir daquele dia.

PARTICULARMENTE para nós, brasileiros, este primeiro de maio reveste-se de um significado muito especial, pois nele também podemos celebrar a liberdade do trabalhador nacional, distanciado agora da influência da política e da corrupção que vinha minando as suas bases sindicais legítimas e, mais do que isso, a própria estrutura da Nação⁴.

No 1º de maio do ano seguinte o jornal do Comércio trouxe uma coluna chamada de “*Dia do Trabalho*”, ela se localiza no canto direito da página em um formato fino mas longo de comprimento. O conteúdo dessa coluna se mostrou muito interessante e bastante peculiar pela forma que se apresentou a começar pelas palavras iniciais

³ Ver mais em: SOUZA, 2010 e RIBEIRO, 2014.

⁴ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1964.

FESTEJA tôda a Nação no dia de hoje o Dia do Trabalho. Um 1º de Maio que transcorre num país já totalmente ambientado na Paz Social criada pelo Movimento Revolucionário Democrático. Essa festa do trabalhador chegou este ano tão sutil que quase ninguém se apercebeu dela⁵.

Ou seja, temos bem claro qual o significado diferente do Primeiro de Maio nesses anos iniciais do regime civil-militar do Brasil. O trecho fala em uma suposta “*Paz Social*”, mas que paz social é essa? Em que cada vez mais se prendiam e sumiam com aqueles ditos como “*opositores*” do governo. É preciso perceber todas essas nuances da conjuntura de repressão pela qual o país passava.

Observamos também que algumas palavras repetidas nos remetem a um controle midiático que o jornal passava a sofrer pelos órgãos de fiscalização do regime. A palavra “*subversão*” aparece algumas vezes no artigo de jornal já citado aqui e corrobora com a nossa afirmação anterior.

Ainda em 1965 observamos a presença do SESI (Serviço Social da Indústria) nas celebrações do 1º de maio na cidade Manaus organizando diversos eventos. A historiadora Bárbara Weinstein em seu livro chamado (Re) formação da Classe Trabalhadora no Brasil 1920-1964 destaca que em algumas cidades do país o SESI já atuava bastante tempo antes do período em questão, justamente com uma cara mais recreativa. Ela afirma

Os esforços do SESI para reorganizar as atividades recreativas do operário começaram modestamente. Além dos Jogos Operários do Dia do Trabalho, que absorviam muito das energias da subdivisão de esportes, o SESI criou um punhado de “clubes operários”. [...] Os serviços desportivos do SESI também pretendiam trazer “disciplina” para o futebol amador nos centros urbanos, organizando e “legalizando” clubes de futebol ligados a fábricas ou a bairros operários. Oferecendo assistência técnica e financeira, o SESI dava prioridade aos clubes com mais de 500 membros, de preferência ligados a apenas uma empresa, certificando-se de que os líderes do clube desejavam “difundir entre os seus associados e outros clubes a política do SESI de aproximação entre empregados e empregadores”(WEINSTEIN, 2000, p. 248/249).

Na nota chamada de “*Inúmeras solenidades marcarão hoje a data consagrada ao Trabalhador*” temos a divulgação da Semana do Trabalho organizada por esta mesma instituição. A programação consta com missas e competições esportivas espalhadas por diversos horários entre o dia 1º ao 8 de maio, como vemos na nota a seguir

O Departamento Regional do SESI vai comemorar a Semana do Trabalho. Neste sentido, foi elaborado o seguinte programa de festejos da Semana, que terá a duração de 1º a 8 de maio

⁵ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1965.

Dia 1º

As 7 horas – Missa em ação de graças ao <Dia do Trabalho> com a “pascoa” geral dos operários na Catedral Metropolitana de Manaus.

As 11.35 horas – Abertura oficial pelas emissoras locais da Semana do Trabalho...⁶

As empresas participantes dessas festividades eram dos diversos segmentos. As que foram identificadas por meio dessa nota de jornal foram Brasil Juta, Compensa, Cortume Mago, Fitejul, Fiação e Tecelagem de Juta Amazônia S/A, Copam, Companhia Elétrica de Manaus. Ainda segundo a nota, os diretores dessas empresas iam as rádios fazer palestras durante a Semana do Trabalho como forma de mostrar que estavam desempenhando de maneira satisfatória seus trabalhos.

No ano de 1966 o jornal estampa diversas notas de políticos prestando suas homenagens ao 1º de Maio. Vemos notas do Governador do Estado Arthur César Ferreira Reis, do Governador em exercício Ruy Araújo e do líder do governo, o deputado João Braga Junior. As notas vão no caminho da congratulação apenas, exceto pela de Ruy Araújo que destaca que para melhorar as condições de vida da população é necessário lembrar da “*indispensável contruição de todos na promoção da paz social, de entendimento cordial e de dedicação patriótica ao trabalho construtivo e fecundo*”⁷.

Ganha destaque na primeira página do jornal a imagem da Rainha da IV Olimpíada Operária Amazonense que seria aclamada naquele dia no Estádio General Osório, onde é destacado característica físicas e seu desempenho nas modalidades deportivas, como a natação. Vemos bastante difundido a ideia de festa nas celebrações durante o regime civil-militar no Brasil graças a esses eventos que se tornam corriqueiros com a ajuda e difusão do SESI.

Temos nesta mesma edição uma coluna chamada de “*Dia do Trabalhador*” onde trata-se de uma nota bastante interessante pelos significados que o redator usa, ao tratar o dia como “*folhinha de hoje é vermelha*”, cor essa que é símbolo do movimento operário. Observamos o roteiro da vida humana estabelecida pela seguinte citação: “*o trabalho, garantia do sustento e condição.*”

No jornal observamos também duas filosofias que passaram a datar o destino dos operários “*A do materialismo dialético ou histórico, ‘sobraçando’ o “Capital” de Karl Marx, e a doutrina social cristã*”. Em suma, a articulação política dos trabalhadores e dos editores do jornal fica cada vez mais forte, devido a veiculação de matérias com esse teor político e o

⁶ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1965.

⁷ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1966.

claro embasamento teórico com a leitura dessas obras tão próximas das causas operárias. No fim da nota observamos que, segundo os redatores, tanto os trabalhadores quanto o patronato precisavam se unir para resolver seus problemas por meio de “*diálogos fraternos*” num clima de “*harmonia e paz*”, entre outros, o que levaria o país a novos triunfos. Mesmo sabendo que empregados e patrões nunca negociam em igualdade nas relações de trabalho.

De forma acanhada, o Jornal do Comércio não fez uma cobertura massiva do 1º de maio de 1967 como nos outros anos. Entretanto, numa das colunas de primeira página foi mencionada que os trabalhadores estariam tranquilos devido as medidas tomadas pelo governo no 1º de Maio. Dentre essas medidas estavam uma suposta revisão salarial, justificada por ser “uma prova de que o Govêrno sentiu as necessidades do trabalhador brasileiro⁸”.

Percebe-se uma constante difusão de ministros militares pelo jornal de forma bastante enfática como uma espécie de salvadores da pátria. Outra dessas medidas, que de certa forma fazia o estado crescer perante a sociedade, era a promessa de suspensão das intervenções estatais nos sindicatos, fato esse que não aconteceu efetivamente. Todas essas medidas foram divulgadas pelo ministro Jarbas Passarinho no Sindicato dos Portuários na cidade de Santos em São Paulo.

Na capa da edição de 1º de Maio de 1968 é possível ver um grande destaque dado a essa data, tanto por notas aos trabalhadores, quanto por ações do governo para os trabalhadores. Na nota chamada de “*Dia do Trabalho*” assinada pelo próprio jornal vemos a repetição do termo ‘ *festa* ’ em diversos momentos. A nota faz um aparato geral da criação da data indo desde a idealização até as movimentações em torno dela, destacando o caráter radioso e triunfante dos trabalhadores.

O JORNAL DO COMÉRCIO saúda o decurso dêste 1º de Maio, data radiosa pelo qua marca de triunfos para os trabalhadores do Brasil, no fortalecimento dos alicerces de nossa vida social, ao mesmo tempo que se congratula com os trabalhadores amazonenses, pelos seus sindicatos e corporações de classe, formulando votos para que as suas maiores conquistas continuem se efetivando num clima de ordem e de perfeito entendimento, para a grandeza da Pátria e das instituições⁹.

Com o título “*Govêrno e Entidades Sindicais Festejam Hoje Dia do Trabalho*” o jornal do comércio mostra como foi os ‘*festejos*’ na cidade. Começando pela abertura da VI Olimpíada Operária e terminando com a fala do governador Danilo Areosa. É perceptível a

⁸ *Jornal do Comércio*. 3 de Maio de 1967.

⁹ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1968.

forma festiva da data, muito por conta do patronato e do governo que bancavam esses festejos e divulgavam como forma de legitimar todos esses feitos.

Após a abertura da VI Olimpíada Operária, haverá, às 8,30 horas, a inauguração da quadra de esportes do SENAI, ao que se seguirá, às 9 horas, a inauguração do posto de abastecimento do SESI, em Educandos. As 9,30 horas, o SESI inaugurará sua Escola de Formação Doméstica, ainda em Educandos, e às 10 horas, na Casa do Trabalhador, uma sessão magna assinalará a passagem do Dia do Trabalhador, após o que será oferecido um coquetel aos presentes. As 15 horas, no estádio General Osório ocorrerá um torneio futebolístico inter-sindical, havendo às 16 horas, no Parque Amazonense, a partida entre Olímpico e América. Também às 16 horas, haverá um sessão cinematográfica no Cine Ipiranga (Cachoeirinha), para às famílias dos operários. E às 19,30 horas, o governador Danilo Areosa falará por intermédio da Voz do Amazonas¹⁰.

Essa programação foi enviada para todas as federações, sindicatos patronais e operários, para a Delegacia Regional do Trabalho além do público em geral para comemorar todos juntos essa data. Devemos destacar também a missa que foi realizada no estádio pelo arcebispo metropolitano.

O jornal ainda destaca um “*abono de emergencia*” que o ministro Jarbas Passarinho iria anunciar em rede nacional no rádio e na televisão. Segundo o jornal, esse abono seria uma espécie de “*afrouxo salarial*” e que seria também primeiro disponibilizado para aqueles que “*tiveram seus salários reajustados até outubro do ano passado*”. Trata-se de uma informação curiosa, pois o regime civil-militar é conhecido como um período de arrojo salarial.

O 1º de Maio de 1968 ganha as páginas dos jornais da cidade com um significado diferente dos anos anteriores. Observamos a ligação do Dia do Trabalho com o jubileu de Prata da CLT e numa das notas a Assembleia Legislativa do Estado presta uma série de homenagens feitas pelos deputados daquela casa. As falas são carregadas de um discurso saudosista para com o ex-presidente Getúlio Vargas que foi tido como o “*artezão-mor*” das consolidações das leis do trabalho no Brasil. A fala do deputado Rafael Franco vai no sentido de mostrar o sentimento de paz e amor fraterno que levaria aquela sociedade ao progresso desejado por meio desses dois grandes marcos na história do país.

O deputado Rafael Franco afirmou que no mundo inteiro é esta a hora da perseguição da paz e da justiça. Desde as palavras do Papa Leão XII até Paulo VI, a Igreja vem ordenando aos homens o amor fraterno e o respeito ao direito do trabalhador. As massas obreiras brasileiras veem ao longo dos anos construindo a prosperidade e a grandeza de nosso país, apesar das inquietudes contemporâneas. O trabalhador amazonense, dentro da ordem participa do (...) de realizações que nos levará aos dias de grandeza futuros. O governo do Estado segura através de sua administração todos os meios

¹⁰ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1968.

necessários a harmonia social e o orador citou como exemplo disso a revolução que fazia, do envio de mensagem reajustando os níveis salariais dos seus servidores¹¹.

CONCLUSÃO

Sabemos que este artigo não consegue suprir a falta de trabalhos sobre essa temática no Amazonas, mas se conseguir ajudar a pensar um pouco mais a problemática do trabalho neste contexto já terá cumprido o seu papel. O assunto não se esgotou, pelo contrário, muito ainda precisa ser feito. O Dia do Trabalhador se mostra como um campo de constantes e permanentes lutas seja ideológica, política ou social. Sua importância para os operários era tanta que chegou a apelidá-la de Grande Dia.

No Amazonas por ainda termos poucos estudos tanto de História do Trabalho, quanto sobre Ditadura civil-militar, trabalhos como esse se fazem necessários para suprir, mesmo que mínima, a demanda por estudos e daí a importância da abertura de arquivos e principalmente do fomento a pesquisa feita ainda no âmbito da graduação.

Devemos destacar que o 1º de Maio é alvo de resignificações desde sua idealização na França em 1889 e a cada conjuntura os sujeitos históricos que possuem o poder acabam por modificar o real significado do “*Grande Dia*” do operariado mundial. Não foi diferente com o regime civil-militar, assim também não será diferente em outros momentos.

***Artigo recebido: 27/06/2016 – Aprovado: 15/08/2017.**

¹¹ *Jornal do Comércio*. 1º de Maio de 1968.

Fontes Consultadas

Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Jornal do Comércio do Amazonas – 1964-1968.

Referências Bibliográficas

ANDES, Pedro Marcos Mansour. **As Associações e os Sindicatos de Trabalhadores Urbanos e os movimentos grevistas na Manaus da “Estagnação” (1945-1967)**. IN: XVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC. 2015.

ARÊAS, Luciana Barbosa. **As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)**. História Social, IFCH/UNICAMP, n. 4/5, 1997/1998.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Educ, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula, SILVA, Izabel Pimental da e SANTOS, Desiree dos Reis. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BARROS, Cesar Mangolin de. **Ensino Superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (1960-1970)**. Dissertação de mestrado em Educação: Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Org). **Cultura de Classes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. **“Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930)”**. IN: Hydra: Revista discente eletrônica da pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, v1, n1, 2016.

CARDOSO, Alcina de Lara e ARAÚJO, Silvia Pereira de. **1º de maio: cem anos de solidariedade e luta – 1886-1986**. Curitiba: Editora Beija-Flor Ltda, 1986.

CAREIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: histórias da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

CORREA, Larissa Rosa e FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **“As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira”**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p.129-151, jul. 2016.

D’ARAÚJO. Maria Celina. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge. **Entre o Comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964**. IN: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura Política: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p, 173-188.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v, 24, n. 47, p, 29-60, 2004.

FOOT HARDMANN, Francisco e LEONARDI, Vitor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HOBSBAWN, Eric J. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do Primeiro de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARQUES, João Carlos. **Imagens e mensagens libertárias no Primeiro de Maio: No jornal A Voz do Trabalhador (1909-1915)**. Monografia de conclusão de curso em História. Universidade Estadual de Londrina, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro – apontamentos para uma revisão historiográfica**. IN: Revista Contemporânea. Volumen 2, año 2, 2011. P, 209-218.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michele. **“O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”**. IN: Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 127-164.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Origens do 1º de Maio no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha**. Canoa do Tempo, v. 1, nº 1, 2007, p. 11-32.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática**. IN: Revista Política e Sociedade. Nº 13 – outubro de 2008, p, 279-309.

SERÁFICO, José e SERÁFICO, Marcelo. **A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil** IN: **Revista Estudos Avançados nº19**. Ano 2005, p. 99-113.

SANTOS, Jordana de Souza. **“A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar”**. IN: Revista Aurora, ano III, Nº5. 2009.

SOUZA, Leno José Barata. **Cultura Impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário**. *Revista Tempos Históricos*, v. 14, 2010, p. 106-133.



TOLEDO, Caio Navarro. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v, 24, n, 47, p, 13-28, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920/1964.** São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN- Universidade São Francisco, 2000.